



Da burocracia à infocracia. A utilização da Internet pelos sindicatos de professores em Portugal

Paulo Marques Alves¹

Resumo

A generalidade dos movimentos sindicais vem enfrentando uma crise profunda desde os anos 70. As suas causas são múltiplas, nelas se mesclando fatores que lhes são exógenos com outros endógenos, remetendo para a sua burocratização. Visando revitalizar-se, eles têm vindo a implementar ações diversificadas, onde se conta a adoção das TIC e da Internet. Este artigo apresenta os resultados de um estudo sobre a adoção e os usos da Internet pelos sindicatos dos professores em Portugal. Visou-se compreender se esses usos estão a permitir ou não o aprofundamento da democracia organizacional, fator essencial para a revitalização. Concluiremos afirmando que, atendendo ao carácter estático e à escassa interatividade que caracterizam os *websites* oficiais destes sindicatos e ao modo como as restantes plataformas são usadas, se está perante o desperdiçar de uma oportunidade de contribuir para aprofundar as formas democráticas de governo associativo e, por conseguinte, de fortalecer o sindicalismo.

Palavras-chave

Sindicalismo, crise, revitalização, Internet, democracia digital

Introdução

A generalidade dos movimentos sindicais nacionais vem enfrentando uma profunda crise desde os anos 70, a qual se manifesta sobretudo, mas não só, no refluxo do número de aderentes, expresso no decréscimo das taxas de sindicalização, e na perda de influência social e política dos sindicatos, indiciada, entre outros aspetos, pela perda de poder na negociação coletiva e de influência junto do poder político (Alves, 2009).

As causas da crise são múltiplas e profundas e as organizações sindicais têm vindo a tentar ultrapassar a situação implementando ações diversificadas visando revitalizar-se (Frege e Kelly, 2003). Entre elas conta-se a adoção da Internet, uma ferramenta que para alguns autores é essencial para contribuir para a desburocratização dos sindicatos e para romper com as tendências oligárquicas a que não são imunes. Argumenta-se que as suas funcionalidades potenciarão o incremento dos níveis de transparência organizacional e promoverão oportunidades efetivas de participação dos associados, dois pilares essenciais para aprofundar a democracia organizacional.

Pretendemos apresentar os resultados de um estudo sobre a adoção e os usos da Internet pelos sindicatos dos professores portugueses. A governação dos sindicatos ter-se-á



tornado mais transparente? Estar-se-á a possibilitar a participação ativa dos sócios? Numa palavra, estará esse uso a permitir ou não o aprofundamento da democracia interna?

Concluiremos que isso não se verifica. Atendendo ao carácter estático e à escassa interatividade que caracterizam os seus *websites* e ao modo como as restantes plataformas são usadas, os sindicatos não estão a trabalhar no sentido de aprofundar as formas democráticas de governo associativo.

A crise do sindicalismo

No início da década de 70, os alicerces do poder sindical começaram a ser erodidos, pelo que o sindicalismo entrou numa crise na qual ainda se mantém. Analisando os dados disponíveis para alguns países referentes à evolução da sindicalização a nível agregado entre 1960 e 2017 (ICTWSS), constata-se a existência de uma tendência contraditória entre as décadas de 70 e de 90, período durante o qual diversos movimentos não só conseguiram resistir como até mesmo crescer enquanto outros já regrediam de uma forma mais ou menos acentuada, a que se seguiu a partir desta última década uma tendência convergente no sentido do declínio, ainda que este seja desigual, ao ser pautado por ritmos e intensidades muito distintos.

Portugal acompanha esta tendência geral, tendo sofrido a nível mundial a segunda maior quebra da sindicalização, logo após a Nova Zelândia. Depois de um período de 48 anos de ditadura, durante a qual a sindicalização era obrigatória, com a revolução do 25 de Abril entrou-se numa nova fase de sindicalismo livre. Em 1978 a taxa de sindicalização situava-se nos 60,8%, tendo caído para 15,3% em 2016 (ICTWSS), valor que é idêntico ao de países como a Alemanha, a Austrália, a Holanda, a Espanha ou o Japão e que coloca Portugal uma posição intermédia no contexto dos países do sul da Europa. Entre os dois anos considerados, a taxa de sindicalização caiu 45,5 pontos percentuais, tendo-se perdido 66,7% dos efetivos sindicais. Ainda que a educação continue a ser dos setores mais sindicalizados, não ficou à margem deste refluxo.

A crise tem sido objeto de várias explicações. Dois paradigmas colocam o acento tónico em causas que são externas ao movimento. O primeiro, filiando-se na teoria dos ciclos económicos, sustenta que existem padrões regulares de crescimento e de declínio das taxas de sindicalização que acompanham as fases de crescimento e de depressão económica. O segundo assume que a regressão nos níveis de sindicalização constitui o epifenómeno de mudanças estruturais na economia, na sociedade, na política ou no domínio ideológico.



Outros autores, ainda que não menosprezando as causas exteriores, enfatizam um conjunto de causas que são inerentes ao modo como os sindicatos se organizam, as quais se fazem sentir com intensidades diferentes consoante os países. Segundo Ebbinghaus e Visser (2000), a crise será também consequência da divisão/fragmentação do movimento sindical por motivos políticos, confessionais ou de estatuto a que se adicionará o défice de capacidade de adaptação e de inovação dos sindicatos e dos seus dirigentes.

Por sua vez, para Heery et al. (2003), a crise será subsidiária da adoção de políticas de recrutamento do tipo “serviços”, em detrimento da implementação de um modelo do tipo “organização”. O primeiro modelo possui objetivos muito limitados, centrando-se exclusivamente no recrutamento individual utilizando a oferta de serviços. Com o segundo, pretende-se ir mais longe, visando-se criar ou reforçar a organização sindical de base, melhorar a ligação entre os militantes e os aderentes e fomentar a mobilização dos trabalhadores.

Em França, vários trabalhos de Labbé e da sua equipa (Labbé, 1994; Labbé e Croisat, 1992, entre outros), sublinham que o movimento sindical francês – tendo estado submetido às mesmas forças económicas que os seus congéneres, bem como a semelhantes mudanças sociais e culturais e não tendo conhecido uma evolução tão desfavorável do quadro legal que regula a ação sindical, como sucedeu nos países anglo-saxónicos – se afundou muito mais profundamente do que outros movimentos congéneres.

Através de estudos empíricos que realizaram, estes autores concluíram que as principais causas da desfiliação remetiam para questões internas aos sindicatos, nomeadamente o abandono do sindicalismo de base alicerçado numa rede de militantes benévolo eleitos nos locais de trabalho e que desenvolviam a atividade sindical nas empresas, em detrimento do aprofundamento da centralização e da burocratização.

Adoção e utilização da Internet pelos sindicatos

Em 1999, o Ad-Hoc Committee on Labor and the Web, afirmava que os sindicatos só muito tardiamente haviam reconhecido o potencial das TIC², o que não deixará de refletir a atitude inicial de suspeição, em alguns casos mesmo de rejeição destas tecnologias por parte de muitos dirigentes sindicais (Alves, 1994), o que poderá ser explicado por um baixo nível de literacia digital; pela consideração de que estes instrumentos constituem uma das principais causas do desemprego; e pelo receio da ação em tempo real, da possibilidade de substituição do modelo verticalizado de comunicação pela comunicação em rede e da alteração das estruturas de poder nas organizações.



Apesar das resistências iniciais, as vantagens oferecidas pelas TIC, baseadas na velocidade, na flexibilidade, no custo e no seu maior alcance por comparação com os meios tradicionais de comunicação acabaram, no entanto, por impulsionar os sindicatos a utilizá-las.

Uma vez assumida a importância das TIC, estas encontram-se hoje amplamente disseminadas no mundo sindical, existindo diferenças significativas no que concerne ao modo como são usadas e aos domínios da atividade sindical onde são aplicadas (Fiorito et al., 2002), dado que podem ser empregues em diversos campos e com objetivos múltiplos. Na comunidade científica existe um amplo consenso sobre a relevância da sua utilização, se bem que Fiorito et al. (2002) demonstrem que o seu impacto é mais positivo nas questões organizativas do que em termos da eficácia geral.

No caso específico da Internet, de acordo com Fuchs, as redes de computadores, contrariamente aos media tradicionais, não só possibilitam a informação (cognição) e a comunicação, como potenciam igualmente a produção cooperativa de informação (Fuchs, 2014). Desta forma, os sindicatos podem utilizar a Internet segundo estas três dimensões, para tal recorrendo tanto a plataformas comerciais como a outras alternativas de carácter não comercial. Na primeira dimensão, através dos respetivos sítios, das plataformas de notícias *online*, ou das destinadas à partilha de vídeos ou de fotografias, bem como das redes sociais *online*, eles podem difundir livremente os seus pontos de vista sem qualquer tipo de mediação ou constrangimento (Ad Hoc Committee, 1999; Darlington, 2000); informar sobre a sua atividade numa perspetiva de transparência organizacional; reforçar os serviços que já prestavam aos seus aderentes, de onde se destaca a difusão de informação específica sobre as questões que afetam os trabalhadores, como a negociação coletiva ou a legislação aplicável (Ad Hoc Committee, 1999; Diamond e Freeman, 2002), e proporcionar outros novos, como a educação e a formação através de plataformas de *e-learning*.

Poderão ainda pesquisar informação necessária à ação sindical e disponibilizar informação que possibilite o recrutamento de novos associados ou promover campanhas de sindicalização. Podem igualmente organizar os trabalhadores em empresas com políticas antissindicais ou grupos de trabalhadores que não se fixam num determinado sector (Dolvik, 2002), situações em que a solução pode residir no lançamento de sindicatos virtuais.

No âmbito da segunda dimensão, utilizando as ferramentas anteriores, bem como blogues, *fora* de discussão, *chats*, plataformas de *microblogging*, *mailing lists* ou ainda *sms* via



telemóvel, os sindicatos podem mobilizar os trabalhadores para a ação coletiva ou ganhar a opinião pública durante os conflitos de trabalho (Diamond e Freeman, 2002).

Na terceira dimensão, a utilização de *wikis*, que implicam trabalho colaborativo, e das redes sociais *online*, que favorecem a formação de comunidades virtuais, podem beneficiar a ação sindical em diversos domínios. Potencialmente permitirão reforçar os laços entre todos os que integram a organização, melhorando a ligação entre bases, estruturas intermédias e cúpulas, para além de possibilitarem o aprofundamento da participação. Mas permitirão igualmente lançar pontes entre o movimento sindical e outros movimentos sociais, reforçando a “solidariedade externa” (Lévesque e Murray, 2003), e incrementar a coordenação e a solidariedade no interior dos movimentos sindicais nacionais ou entre os vários movimentos sindicais à escala global (Lee, 1997; Darlington, 2000).

Contudo, dois problemas podem surgir e tornar ineficiente o investimento feito na Internet. O primeiro remete para a existência de uma infoexclusão em resultado da impossibilidade, ou por fatores económicos ou pela falta de conhecimentos, de acesso à Internet por parte dos aderentes; o outro refere-se à resistência que alguns trabalhadores poderão colocar à sua utilização, mesmo tendo possibilidades de aceder e conhecimentos para o fazer (Lucio, 2003).

A possibilidade de desburocratização e o aprofundamento da democracia sindical constituem um campo para o qual alguns autores veem um contributo essencial da Internet (Diamond e Freeman, 2002; Greer, 2002). Com ela será possível quebrar a lei de ferro da oligarquia e fomentar uma democracia digital, o que passa pelas redes sociais *online* ou pela criação de sítios dinamizados por quem se opõe às lideranças sindicais. A estas não restaria outra alternativa senão divulgar informação pertinente sobre o governo associativo, consultar os aderentes antes da tomada de decisões importantes, implementar ferramentas de comunicação bidirecionais ou, inclusivamente, o voto eletrónico.

Alguns autores chegam mesmo a defender que as TIC e a Internet, contribuem para uma transformação qualitativa dos sindicatos. Novas formas sindicais estariam a emergir no início do século atual, recebendo designações como *cyberunions* (Shostak, 2002), *e-unions* (Darlington, 2000), *open-source unionism* (Freeman e Rogers, 2002), ou sindicalismo 2.0 (Gutiérrez-Rubi, 2009).

Metodologia

Em Portugal, as escolas públicas perderam quase 43 mil professores no período de uma década (entre os anos letivos de 2004/2005 e de 2014/2015), sendo que perto de 12 mil saíram do sistema até ao início da crise financeira internacional e da intervenção da *troika*³



e os restantes 31 mil durante este período (2010/2011 a 2014/2015). Paralelamente tem-se vindo a assistir a uma contínua e profunda desvalorização da profissão, traduzida, por exemplo, no congelamento da carreira dos docentes em 9 anos, 4 meses e 2 dias levada a cabo pelo anterior governo de direita, sendo que o atual governo do Partido Socialista impôs de forma unilateral a recuperação de apenas menos de três anos desse tempo congelado, ou na crescente sobrecarga de trabalho, nomeadamente de carácter burocrático. Esta degradação das condições de trabalho ocorre num contexto de profundo envelhecimento do corpo docente⁴.

O sistema sindical docente encontra-se extremamente fragmentado, de acordo com diferentes linhas político-sindicais e estatutos diversos consoante os níveis de ensino, a que acresce o facto de metade dos sindicatos terem um âmbito regional⁵. Atualmente existem cinco federações e 28 sindicatos⁶.

Tendo em conta o objetivo anteriormente expresso, analisámos os *websites* dos sindicatos de professores dedicando especial atenção ao seu conteúdo e interatividade. Retivemos fundamentalmente a sub-dimensão governo organizacional, relativa à dimensão conteúdo, cujos indicadores nos permitem aferir do grau de transparência organizacional; e as sub-dimensões formas de contacto e funcionalidades de participação, relativas à dimensão da interatividade, cujos indicadores nos permitem avaliar a promoção de oportunidades efetivas de participação dos sócios dos sindicatos considerados.

No entanto, a presença na Internet assume um carácter multidimensional, pelo que atentámos igualmente em todo um conjunto de plataformas que emergiram na última década e meia e que configuram o que alguns autores denominam de *social media*. Estão neste caso as redes sociais *online*; os *social news services*; as plataformas de partilha de vídeos; os blogues; as plataformas de *microblogging*; os *online pinboards* e as plataformas de partilha de fotografias. A observação decorreu durante o primeiro semestre de 2019.

A adoção da Internet pelo movimento sindical português

Em Portugal, as TIC também estão amplamente disseminadas pelo movimento sindical, acompanhando o alargamento da difusão destas tecnologias na sociedade portuguesa. Efetivamente, de acordo com os dados do INE⁷, se em 2002 apenas 27,4% dos portugueses entre os 16 e os 74 anos utilizavam computador e 19,4% acediam à Internet, uma década e meia depois, em 2017, esses valores já ascendiam, respetivamente, a 66,8% e 73,8%.

Medindo o acesso dos sindicatos à Internet através da existência de um endereço de *e-mail*, verificámos que em 2011 estas organizações acediam à rede num grau inferior face



às empresas com mais de 10 trabalhadores e, em particular, face à administração pública. Já no que se refere à presença na Internet, a situação invertia-se de algum modo. Esta era superior nas organizações sindicais do que entre as empresas com mais de 10 trabalhadores, mas inferior por relação com a administração pública (Alves et al., 2011).

Todavia, no que respeita à presença na rede, verificavam-se algumas assimetrias relevantes. Por exemplo, somente 36,4% das organizações de coordenação sindical de tipo territorial possuíam *website*, atingindo-se os 83,3% entre as centrais sindicais. No atinente aos sindicatos individuais, a proporção era de 64,1% e nas federações de 48,0%. No caso dos sindicatos, a presença variava fortemente consoante o ramo de atividade económica, indo dos 16,7% no setor primário até aos 91,7% na saúde.

A distinta composição social dos trabalhadores, os seus níveis diferenciados de literacia digital, os diferentes perfis dos dirigentes sindicais e suas estratégias, assim como os recursos dos sindicatos, em particular os financeiros, serão os principais fatores que explicam estas assimetrias.

Os sindicatos dos professores e a Internet

A presença na Internet

Os sindicatos de professores estão presentes na Internet em larga escala. 82,1% possuem um *website* e/ou encontram-se nas redes sociais *online*. O mesmo sucede com 40,0% das federações. Dadas as elevadas qualificações dos docentes e a feminização da profissão (em 2017, 78,0% dos docentes dos níveis 0-4 da ISCED eram mulheres, percentagem que se reduzia para 44,8% nos níveis 5-8 desta classificação) é expectável que se verifiquem baixos níveis de infoexclusão e elevados níveis de acesso, atendendo a que a informação estatística evidencia que a utilização de computador e o acesso à Internet crescem à medida que a escolaridade aumenta e que segundo Greene e Kirton (2003) os maiores beneficiários da sua utilização são os trabalhadores com limitações de tempo, em particular as mulheres.

Dos 28 sindicatos existentes, 23 possuem um *website* oficial, sendo que a maioria prevê ligações para as redes sociais *online*, em particular o *Facebook*, a única plataforma onde a presença institucional destas organizações é mais alargada, atingindo uma expressão muito elevada, como evidencia o Quadro 1, o que acompanha a tendência nacional (OberCom, 2014).



Tipo de uso	Tipos de medias sociais	Plataformas	%
Cognição	Plataformas de partilha de vídeos	<i>You Tube</i>	32,1 ²
		<i>DailyMotion</i>	0,0
		<i>Vimeo</i>	0,0
	Blogue		0,0
	<i>Online pinboards</i>	<i>Tumblr</i>	0,0
		<i>Pinterest</i>	0,0
	<i>Social news services</i>	<i>Reddit</i>	0,0
	Plataformas de partilha de fotografias	<i>Instagram</i>	0,0
		<i>Flickr</i>	3,6
Comunicação	Plataformas de <i>microblogging</i>	<i>Twitter</i>	28,6 ²
	Plataforma de mensagens instantâneas	<i>Whatsapp</i>	3,6
	Forum		0,0
	<i>Chat</i>		0,0
Cooperação	Redes sociais <i>online</i>	<i>Facebook</i>	64,3 ²
		<i>LinkedIn</i>	10,7

Quadro 1 – Classificação da presença dos sindicatos docentes nos social media de carácter comercial por tipo de uso (%), em junho de 2019

Fonte: Base de dados da presença dos sindicatos na Internet, 2019

Notas: 1 Adaptado de Fuchs (2014). Antes do encerramento do Google+, três sindicatos possuíam contas ativas nesta plataforma.

2 Para além dos sindicatos também a FENPROF e a FNE – Federação Nacional da Educação estão presentes nestas plataformas.

Nenhuma organização está presente em plataformas com carácter não comercial e alternativo, do tipo *Diaspora** ou *Riseup*.

Democracia digital?

A transparência do governo organizacional e a participação dos membros constituem dois pilares essenciais de uma democracia organizacional baseada na tomada coletiva de decisões.

As funcionalidades da Internet permitem fomentar a transparência, ao possibilitarem que os sindicatos deem a conhecer as normas que regulam a sua atividade, através da publicitação dos respetivos estatutos; forneçam informações sobre o modo como se processa o seu governo; ou disponibilizem documentação detalhada que proporcione aos associados ou aos potenciais sócios a oportunidade de discutirem e deliberarem de modo informado.



A análise dos *websites* oficiais permite-nos concluir pela existência de níveis muito baixos de transparência organizacional. Desde logo, somente 43,5% publicitam quem são os dirigentes sindicais⁸, na maior parte dos casos através de uma simples relação de nomes, que pode ou não ser acompanhada de fotografias. Apenas o SPGL, que procede à indicação dos responsáveis pelo acompanhamento de cada uma das escolas da sua área geográfica de jurisdição; o SPZN⁹ e o SPM¹⁰, que indicam quais são os pelouros dos membros dos seus órgãos mais restritos de direção (Comissão Permanente e Comissão Executiva, respetivamente); e o SNESUP¹¹, que acompanha os nomes dos integrantes dos seus órgãos sociais com um pequeno *Curriculum Vitae* disponibilizam uma informação mais detalhada, a qual é relevante para que se possa saber quem é quem no interior da organização sindical.

Por outro lado, nenhum dos *websites* fornece informação sobre a forma como a organização se estrutura nem é publicitado o agendamento das reuniões das direções sindicais. Em relação às assembleias gerais ou outras reuniões associativas, somente pouco mais de um quinto publicita a sua convocatória.

Esta tendência para uma profunda opacidade manifesta-se igualmente na não disponibilização de documentos relevantes para o governo associativo. Apenas o SNESUP divulga as atas das assembleias gerais, sendo que o SPGL procede à divulgação das moções nelas aprovadas. Estes dois sindicatos são também os únicos que facultam os Relatórios de Atividades das direções, sendo que no caso do SNESUP existe um histórico desses relatórios. As atas dos processos eleitorais surgem igualmente unicamente nos *websites* do SNESUP e do SPN¹². Nenhum sindicato publicita as atas das reuniões de direção, os seus programas de ação ou o orçamento. Surpreendentemente, os estatutos, a constituição de qualquer organização, são divulgados em apenas pouco mais de metade dos casos (52,2%)¹³. O STOP¹⁴ disponibiliza informação sobre o evoluir de uma campanha de fundos de sua iniciativa, a qual visa financiar a colocação de uma ação contra o Estado português no Tribunal Europeu.

O segundo pilar fomentador da democracia organizacional é a *participação* dos membros na vida associativa e, em particular, nos processos de tomada de decisão. No quadro de um conceito amplo de democracia organizacional a *participação* é encarada como um fator de inclusão, cobrindo um amplo leque de ações que vão dos processos institucionais (por exemplo, realização de eleições) até práticas formais e informais de discussão e de deliberação.

Para obviar à tendência para a burocratização e promover uma democracia organizacional assente na participação, a solução reside na abertura de espaços de intervenção que a



estimulem, o que poderá ocorrer através de vários canais. A Internet possui um enorme potencial para possibilitar estas oportunidades atendendo às funcionalidades que propicia.

Desde logo através dos canais de comunicação, em particular as funcionalidades de contacto. Neste campo verificamos que se todos os *websites* providenciam um endereço de correio electrónico geral e muitos deles um formulário para contacto com os mais variados objetivos, como sejam dar uma sugestão, fazer um comentário ou proceder a uma denúncia em relação às condições de trabalho, já a disponibilização de um contacto direto com a direção ou com os departamentos do sindicato através de *e-mail* ou telemóvel se apresenta muito mais reduzida ou é mesmo inexistente.

Realce-se que a facilidade de contacto com a cúpula associativa constitui um importante contributo para a revitalização do sindicalismo, ao permitir potenciar a sua ligação com as bases, enquanto se ela não existir tal constitui um fator de desencorajamento da participação.

No âmbito das funcionalidades de interatividade digital será de enfatizar que a situação se apresenta ainda mais negativa, aparte o facto de que a maioria dos *websites* apresenta uma ligação às redes sociais *online*. Todas as restantes funcionalidades ou não existem ou estão presentes num número minoritário de casos (13,0% no que se refere aos *Feeds/RSS – Really Simple Syndication*).

Completamente ausentes encontram-se igualmente as funcionalidades que permitem a partilha da informação ou o comentário à informação, o mesmo sucedendo com a inserção de artigos de opinião dos sócios ou com o voto electrónico. Só o *website* da ASPL¹⁵ acolhe um inquérito, que não tem por objetivo escrutinar as políticas da organização, mas antes avaliar o *website*¹⁶.

E o que sucede nas plataformas que configuram os *social media*? A principal conclusão que se pode retirar da análise do *Facebook* é que os sindicatos que o utilizam fazem-no com objetivos diferenciados. Para uns, como as estruturas filiadas na FENPROF e o STOP, esta plataforma é usada principalmente com intuitos de mobilização, embora não se descure igualmente a dimensão de informação sobre a profissão ou a envolvente em que é exercida, a denúncia de situações, podendo também ser encontradas publicações sobre questões que extravasam o domínio laboral. No caso de outros, em particular os sindicatos da FNE e restantes não filiados, não se descurando a mobilização, nomeadamente em momentos como o atual, a lógica subjacente é fundamentalmente institucional e de fornecimento de serviços. Estas duas lógicas de utilização podem ser igualmente encontradas nos *websites* oficiais.



A participação nesta plataforma é muito escassa e a interatividade muito reduzida, não se verificando da parte dos sindicatos qualquer preocupação em incentivá-las. Por exemplo, não existem inquéritos de opinião – nem sequer para avaliar o grau de satisfação com o conteúdo da página –, assim como não são introduzidas questões que fomentem o debate nem se reage às dúvidas ou às críticas que são formuladas nas caixas de comentário, as quais ficam invariavelmente sem resposta, excepto no caso do STOP, sindicato que tem a preocupação de responder. É igualmente extremamente raro um sindicato reagir a um comentário feito. Uma vez mais o STOP é a exceção.

Uma participação com um carácter ainda mais restrito ocorre no *You Tube*, plataforma onde as duas federações e sete sindicatos possuem canais próprios, havendo ainda três vídeos carregados por dois outros sindicatos. O número de subscritores dos canais varia entre dois (SPZN) e 687 (FENPROF), variando o número de visualizações entre 48 no caso do único vídeo do SPLIU¹⁷ e 277 985 para o conjunto dos 1 094 vídeos existentes no canal da FENPROF. Os dois vídeos do SDPA¹⁸ ou o único do SPLIU não suscitaram qualquer reação, enquanto os 34 do SNESUP, vistos 5 132 vezes, originaram apenas 52 *gostos* e um *não gosto* e nenhum comentário. Uma participação idêntica de baixa intensidade regista-se nos restantes canais.

O mesmo sucede no *Twitter*. Nesta plataforma, menos utilizada do que as duas abordadas anteriormente, o número de *tweets* varia entre os 21 do SEPLEU¹⁹ e os 3 501 da FENPROF. O SEPLEU também tem o menor número de seguidores (apenas três), cabendo à FENPROF o maior número (726). Exemplificando a escassa participação, o SPGL, que tem dezasseis seguidores, publicou 177 *tweets* que, no seu conjunto, deram origem a apenas 15 *gostos*, 3 *retweets* e nenhum *reply*.

Em síntese, à escassa interactividade proporcionada pelos *websites*, dada a predominância da comunicação unidireccional, adiciona-se a escassa interactividade existente nas plataformas de *social media*, o que não deixa de colocar uma forte interrogação sobre as implicações relativamente ao aprofundamento da democracia organizacional.

Conclusão

Por todo o mundo em geral, com particular acuidade em Portugal, os sindicatos chegaram tardiamente à era digital. Contudo, as TIC e a Internet encontram-se hoje amplamente difundidas no movimento sindical português, ainda que no quadro de algumas assimetrias.

Como sublinhámos, o movimento sindical não está a tirar todo o partido das potencialidades da Internet, o que está claramente expresso nos seus *websites*. Estes



possuem, no essencial, um carácter estático, restringindo-se a um repositório de informação oficial da organização, ao mesmo tempo que predomina a unidirecionalidade em detrimento da bidirecionalidade promotora de participação.

Simultaneamente, a transparência organizacional assume níveis muito baixos, dado que os documentos relevantes ou as decisões tomadas nas reuniões dos diversos órgãos quase não são divulgados ou não o são de todo. E se os sócios poderão ter, eventualmente, acesso a essas informações por outras vias, os potenciais associados não o têm.

Por outro lado, no caso das redes sociais *online*, em particular o *Facebook*, a participação também não é incentivada, daí que acabe por ser escassa. Acresce que a lógica com que ele é utilizado obedece em muitos casos ao que Dijk (2000) denomina de “modelo de marketing”, ou seja, as organizações limitam-se a divulgar os serviços que oferecem ou a fornecer informação considerada pertinente sobre a profissão (por exemplo, os concursos) e a sua envolvente, em detrimento de promoverem a mobilização dos docentes.

O que os *websites* e a utilização de outras plataformas comprovam é que o modelo burocrático de organização acabou por se estender ao mundo virtual, originando uma *infocracia* (Zuurmond, 1994 cit. por Dijk, 2000) assente no reforço dos padrões de comunicação existentes, apenas se procedendo à alteração da forma como se transmite a informação. Esta assume um carácter restrito e não incide sobre aspetos centrais do governo dos sindicatos. Simultaneamente, não se verifica o acréscimo das oportunidades de debate ou do número de participantes ativos e o voto eletrónico não é implementado.

Numa palavra, a presença destes sindicatos na Internet não está a contribuir nem para um aprofundamento da *transparência organizacional* nem da *participação* dos membros. Por conseguinte, a rede ao invés de estar a contribuir para abrir estas organizações, está antes a perpetuar o seu fechamento.

Refuta-se assim o determinismo tecnológico subjacente às teses dos autores que, imbuídos de uma “tecno-euforia” (Fuchs, 2014), enfatizam que a Internet por si só permite a ampla difusão de informação, fazendo crescer a responsabilização dos dirigentes, ao mesmo tempo que faculta a oportunidade de aprofundar a deliberação democrática; que a bidireccionalidade proporcionada por funcionalidades como o *e-mail*, as listas de discussão, os *chat* ou os *fora*, possibilita o acréscimo da participação; e que a constituição de comunidades virtuais favorece o incremento da discussão e da mobilização. No nosso caso, como no do estudo de Hindman (2000), a democracia digital parece não passar de um mito.



Se a Internet disponibiliza, de facto, ferramentas que poderão propiciar o aprofundamento da democracia organizacional, esta só acontecerá se as lideranças das organizações assim o desejarem, para isso definindo as estratégias apropriadas, uma vez que esse aprofundamento representa um desafio para as estruturas de poder instaladas, como notou Darlington (2000).

Subjacentes à presença dos sindicatos na Internet encontram-se processos sociais, que muitos olvidam, os quais influenciam o modo como os *websites* são construídos ou o modo como as redes sociais *online* são utilizadas. Dito de outro modo, o uso da Internet é aquele que os dirigentes querem que seja.

Deve-se sublinhar que, no contexto da crise sindical, as TIC em geral e a Internet em particular, por si sós não constituem uma panaceia para a ultrapassagem da situação. O potencial que estas tecnologias demonstram possuir só se poderá materializar, e elas só poderão contribuir para a revitalização do sindicalismo, se o investimento realizado for criativo e se inscrever numa estratégia para fortalecer a organização sindical. Esta deve envolver a promoção da inclusão, da participação e da transparência; o acréscimo da capacidade de representação; a intensificação do recrutamento de novos membros e a presença sindical nos locais de trabalho; o aprofundamento da ligação entre os membros e as suas organizações; a mobilização dos trabalhadores ou o dedicar de atenção por parte dos sindicatos a matérias que extravasam o domínio laboral.

Se a adoção destas tecnologias não for enquadrada por este modelo, isso pode conduzir inclusivamente a um desinvestimento da presença física do sindicato junto dos trabalhadores, o que acabará por causar certamente mais prejuízos do que os problemas que aparentemente resolverá.

Esta é uma questão que não é sequer referida, muito menos discutida, pelos defensores do *sindicalismo cibernético* que, numa perspectiva acrítica, fascinados pelo *admirável mundo novo* das TIC, consideram que elas podem substituir eficazmente a presença dos sindicatos nos locais de trabalho. As tecnologias, assumindo grande relevância e podendo abrir uma janela de oportunidade importante para a revitalização do movimento sindical, não podem de modo algum substituir a organização nos locais de trabalho. O sindicato são os trabalhadores. Um sindicato não faz sentido se não estiver ancorado nos locais de trabalho e se os trabalhadores não o puderem contactar de forma direta e aberta através dos seus militantes de base, os delegados sindicais. Se a comunicação mediada por computador é importante, a comunicação face a face continua a ser essencial.



Notas

¹ Professor Auxiliar do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e Investigador do DINÂMIA'CET- IUL (paulo.alves@iscte-iul.pt)

² TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação.

³ A *troika* foi constituída pelo FMI – Fundo Monetário Internacional, pelo BCE – Banco Central Europeu e pela CE – Comissão Europeia.

⁴ No ano letivo de 2014/2015, 39,5% dos docentes tinha 50 ou mais anos e apenas 1,4% tinha menos de 30 anos. De então para cá a situação agravou-se ainda mais.

⁵ As divergências fruto das diferentes linhas político-sindicais e dos estatutos diversos não tem impedido, no entanto, a convergência da maioria das organizações em alguns processos de ação coletiva, como vem sucedendo naquele que visa a recuperação integral do tempo de serviço. Para o efeito foi constituída uma plataforma que agrupa 22 dos 28 sindicatos existentes.

⁶ Ao longo dos 45 anos de sindicalismo livre, outros sindicatos se formaram, mas foram, entretanto, extintos. A federação mais representativa é a FENPROF – Federação Nacional dos Professores, que engloba sete sindicatos de âmbito regional, filiada na CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional, defensora de um sindicalismo de classe. Apesar de ter perdido quase 10 mil sócios nos últimos anos, o maior sindicato continua a ser o SPGL – Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, que é filiado na FENPROF e na CGTP-IN.

⁷ INE – Instituto Nacional de Estatística.

⁸ No caso do SIPE – Sindicato Independente De Professores e Educadores, apenas é referida a Presidente da Direção, com fotografia.

⁹ SPZN – Sindicato dos Professores da Zona Norte, filiado na FNE.

¹⁰ SPM – Sindicato dos Professores da Madeira, filiado na FENPROF.

¹¹ SNESUP – Sindicato Nacional do Ensino Superior.

¹² SPN – Sindicato dos Professores do Norte, filiado na FENPROF.

¹³ De ressaltar que alguns *websites* possuem uma área reservada, à qual só os sócios têm acesso, pelo que estes documentos podem estar aí hipoteticamente alojados, o que aconselha a que devamos ter alguma precaução nas conclusões. Mas se assim for, potenciais associados ficam privados do seu conhecimento.

¹⁴ STOP – Sindicato de Todos os Professores. Trata-se de um sindicato fundado em 2018 por ativistas que anteriormente dinamizaram movimentos sociais de professores, como o “Boicote e Cerco” surgido em 2013, e/ou militaram no quadro de sindicatos filiados na FENPROF.

¹⁵ ASPL – Associação Sindical de Professores Licenciados.

¹⁶ Existe apenas uma resposta a este inquérito.



¹⁷ SPLIU – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades.

¹⁸ SDPA – Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, filiado na FNE.

¹⁹ SEPLEU – Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades.

Bibliografia

Ad Hoc Committee on Labor and the Web (1999). *Why the Internet matters to organized labor*.

Retirado de <http://www.mindopen.com/laborweb>

Alves, P. M. (1994). *Crise e mudança em Portugal: dilemas sindicais face à inovação tecnológica e organizacional*. Lisboa: ISCTE (mimeo).

Alves, P.M. (2009). *Cidadãos e militantes: uma contribuição para as teorias da acção militante sindical*. Lisboa: ISCTE-IUL (mimeo)

Alves, P. M., Correia, M., & Areosa, J. (2011). Os sindicatos e as tecnologias. A adopção das TIC pelos sindicatos. Comunicação apresentada na Conferência *Vias para a revitalização do sindicalismo – a utilização das TIC pelos sindicatos portugueses*. Lisboa: ISCTE-IUL.

Darlington, R. (2000). *The creation of the e-union: the use of ICT by British unions*. Disponível em www.rogerdarlington.me.uk

Diamond, W. J., & Freeman, R. B. (2002). Will unionism prosper in cyberspace? The promise of the internet for employee organization. *British Journal of Industrial Relations*, 40 (3), 569- 596.

Dijk, J. van (2000). Models of democracy and concepts of communication. In K. Hacker & J. van Dijk (Eds.), *Digital democracy: Issues of theory and practice* (pp. 30-53). Londres: Sage.

Dolvik, J. E. (2002). Launch of virtual union for «labour market nomads» in Norway. *Transfer*, 8 (3), 527-528.

Ebbinghaus, B., & Visser, J. (ed.) (2000). *Trade unions in Western Europe since 1945*. Londres: Macmillan.

Fiorito, J., Jarley, P., & Delaney, J. T. (2002). Information technology, union organizing, and union effectiveness. *British Journal of Industrial Relations*, 40 (4), 627-658.

Frege, C. M., & Kelly, J. (2003). Union revitalization strategies in comparative perspective. *European Journal of Industrial Relations*, 9 (1), 7-24.

Freeman, R. B., & Rogers, J. (2002). *A proposal to American labor*. Disponível em www.thenation.com/article/proposal-american-labor



Fuchs, C. (2014). *OccupyMedia! The occupy movement and social media in crisis capitalism*.

Alresford: Zero Books.

Greene, A.-M., & Kirton, G. (2003). Possibilities for remote participation in trade unions: mobilizing union activists". *Industrial Relations Journal*, 34 (4), 319-333.

Greer, C. R. (2002). E-voice: how information technology is shaping life within unions. *Journal of Labor Research*, 23 (2), 215-235.

Gutiérrez-Rubi, A. (2009). Sindicatos y comunicación en tiempos de crisis. *Revista de la Fundació Rafael Campalans*, (Fevereiro 2009). Disponível em www.gutierrez-rubi.es/2009/02/03/sindicatos-y-comunicacion-en-tiempos-de-crisis

Heery, E., Kelly, J., & Waddington, J. (2003). Union revitalization in Britain. *European Journal of Industrial Relations*, 9 (1), 79-97.

Hindman, M. (2008). *The myth of digital democracy*. Princeton: Princeton University Press.

Labbé, D. (1994). La crise du syndicalisme Français. *Revue de l'IRES*, (16), 75-101.

Labbé, D., & Croisat, M. (1992). *La fin des syndicats?* Paris: L'Harmattan.

Lee, E. (1997). *The labour movement and the internet. The new internationalism*. Londres: Pluto Press.

Lévesque, C., & Murray, G. (2003). Le pouvoir syndical dans l'économie mondiale: Clés de lecture pour un renouveau. *La Revue de l'IRES*, (41), 149-176.

Lucio, M. M. (2003). New communication systems and trade union politics: a case study of Spanish trade unions and the role of the Internet. *Industrial Relations Journal*, 34 (4), 334-347.

OberCom (2014). *A Internet em Portugal. Sociedade em rede 2014*. Lisboa: OberCom.

Disponível em http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=internet_portugal_2014.pdf

Shostak, A. (ed.) (2002). *The cyberunion handbook. Transforming labor through computer technology*. Armonk, NJ: M.E. Sharpe.

Zuurmond, A. (1994). *The infocracy. A theoretical and empirical reorientation in Weber's idealtype of the rational legal bureaucracy in the information age*. The Hague: Phaedrus.

Fontes estatísticas

ICTWSS Database. Disponível em <http://uva-aias.net/en/ictwss> INE – Inquérito à Utilização das TIC pelas Famílias

DGEEC – Estatísticas da Educação